

Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.
Galinhos – RN**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de maio de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.125	854	Fornecedores		1.023	530
Cauções e depósitos vinculados	5	-	12.887	Tributos a pagar		573	240
Contas a receber	6	4.641	2.222	Conta de ressarcimento	10	7.003	9.765
Conta de ressarcimento	10	3.452	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	8.912
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		17	271	Contas a pagar partes relacionadas	7	68.741	-
Outros tributos a recuperar		237	64	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	403
Estoques		1.174	339	Dividendos a pagar	7	157	-
Outros créditos	8	-	27	Outras obrigações	12	1.020	882
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		13.646	16.664	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		78.517	20.732
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Tributos e contribuições sociais diferidos		308	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	67.993
Cauções e depósitos vinculados	5	3.427	1.162	Provisão para desmobilização	13	2.015	1.980
Contas a receber	6	-	721	Tributos e contribuições sociais diferidos	14	1.428	-
Conta de ressarcimento	10	364	3.941	Adiantamento para futuro aumento de capital		565	565
Outros créditos	8	1.357	1.357	Outras obrigações	12	4.959	4.658
Imobilizado, líquido	9	166.975	174.242	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.967	75.196
Intangível, líquido		162	-				
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		172.593	181.423				
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social		89.739	101.236
				Reserva legal		1.004	591
				Reserva de lucros		8.012	332
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	98.755	102.159
TOTAL DO ATIVO		186.239	198.087	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		186.239	198.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	16	45.164	33.644
Custo de produção e operação de energia	17	<u>(28.517)</u>	<u>(28.465)</u>
LUCRO BRUTO		<u>16.647</u>	<u>5.179</u>
Gerais e administrativas	18	(1.299)	(1.001)
Outras despesas operacionais	19	<u>(124)</u>	<u>(66)</u>
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		<u>(1.423)</u>	<u>(1.067)</u>
RESULTADO BRUTO		<u>15.224</u>	<u>4.112</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		538	702
Despesas financeiras		<u>(4.879)</u>	<u>(6.331)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	20	<u>(4.341)</u>	<u>(5.629)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO (PREJUÍZO)		10.883	(1.517)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.346)	(1.375)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		<u>(1.287)</u>	-
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	21	<u>(2.633)</u>	<u>(1.375)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>8.250</u>	<u>(2.892)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	8.250	(2.892)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	8.250	(2.892)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		101.236	591	3.224	-	105.051
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.892)	(2.892)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(2.892)	2.892	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15	101.236	591	332	-	102.159
Redução de capital		(11.497)	-	-	-	(11.497)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.250	8.250
Constituição da Reserva Legal		-	413	-	(413)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(157)	(157)
Reserva de lucros (orçamento de capital)		-	-	7.680	(7.680)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15	89.739	1.004	8.012	-	98.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro (prejuízo) do exercício		8.250	(2.892)
<u>Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização	9	8.994	9.986
Juros sobre cauções	5	(458)	-
Provisão para desmobilização	20	35	-
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	11	4.738	5.879
Baixa de ativo imobilizado e intangível	9	21	110
(Reversão) provisão para processos judiciais e outros		-	(524)
<u>Variação dos ativos e passivos operacionais</u>		(1.868)	3.010
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.212)	(843)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	11	(4.738)	(5.923)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		13.762	8.803
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	5	11.080	(13.974)
Aquisição de imobilizado e intangível	9	(1.910)	(1.237)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		9.170	(15.211)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Redução de capital	15	(11.497)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	11	(8.164)	(8.680)
Dividendos pagos	15	-	(188)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	565
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(19.661)	(8.303)
<u>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</u>		3.271	(14.711)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		854	15.565
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		4.125	854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 04 de março de 2010, tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica e seu sistema de transmissão de energia associado a demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos I localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

Sua sede fica localizada na Fazenda Santa Izabel, s/n, CEP 59596-000, no estado do Rio Grande do Norte, município de Galinhos.

O empreendimento possui 35 aerogeradores com uma capacidade instalada total de 58,5 MWm. A Companhia iniciou suas atividades em fevereiro de 2014.

Eólica	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação da portaria	Vigência da autorização	Prazo da autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Brasventos Eolo	2º LER	PRT 963/2010	13/12/2010	12/12/2045	35 anos	2014	35	58,5	21,9

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 100% de sua energia contratada no ACR (Ambiente de Contratação Regulada)

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado R\$/MWh	Início	Fim	Índice de correção	Mês de reajuste
2º LER/2009	CCEE	160.999	308,73	julho/2012	julho/2032	IPCA	julho

A Companhia é controlada diretamente pela Ventus Holding de Energia Eólica Ltda ("Ventus") e indiretamente pela AES Brasil Operações Energia S.A. ("AES Operações"). Essa estrutura societária ocorreu a partir de 1º de outubro de 2021, quando a AES Operações efetuou uma contribuição de capital de modo que a Ventus passou a ter o controle de 100% de participação societária da Companhia.

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 16 de maio de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis de 2021 no montante de R\$63.514 (R\$4.068 em 31 de dezembro de 2020), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. O capital circulante líquido negativo é motivado pela assunção dos empréstimos e financiamento pela controladora AES Operações, aprovada em novembro de 2021, por meio de um aditivo. Em contrapartida, houve a constituição de um mútuo, divulgado na rubrica de “Contas a pagar com partes relacionadas”, no montante de R\$68.741. Em janeiro de 2022, houve a liquidação total deste mútuo. A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor

recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) valor justo de instrumentos financeiros;
- (ii) provisão para desmobilização.

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

A Companhia está envolvida em processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade de perda foi estimada como possível é de R\$1.290 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.253 em 31 de dezembro de 2020).

3.4 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

• Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

– Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

– Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

– Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa.

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	2021	2020
Numerário disponível	52	854
Operações compromissadas	4.073	-
Subtotal	4.125	854

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa estão representados por operações compromissadas com liquidez diária e rentabilidade média de 82,89% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2021	2020
Garantias de financiamento (i)	3.427	14.049
Total	3.427	14.049
Circulante	-	12.887
Não circulante	3.427	1.162
Total	3.427	14.049

- (i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados referentes as contas reservas das dívidas, as aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos

documentos da emissão. O saldo está aplicado em CDB's, a rentabilidade média apurada foi de 99,03% do CDI (97,93% em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação de cauções e depósitos vinculados é como segue:

	Cauções e depósitos vinculados
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adições	19.750
Atualização monetária	3
Resgates	(5.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.049
Adições	34.813
Atualização monetária	458
Resgates (i)	(45.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.427

- (i) Em 26 de novembro de 2021, o BNDES autorizou a assunção da dívida de financiamento dos parques do Complexo para a AES Brasil Operações, com isso, também, foram transferidos os saldos das reservas de garantia de financiamento especial e O&M, permanecendo na Companhia, apenas, a reserva de serviço da dívida.

6 CONTAS A RECEBER

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, pois o suprimento de energia é comercializado no mercado regulado.

	Notas	2021	2020
Contratos de energia eólica (i)		3.920	2.222
Partes relacionadas	7	721	721
Total		4.641	2.943
Circulante		4.641	2.222
Não circulante		-	721
Total		4.641	2.943

- (i) Refere-se substancialmente à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento dos parques eólicos.

	Saldos vincendos	Total
Contratos de energia eólica	3.920	3.920
Partes relacionadas	721	721
Total	4.641	4.641

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui saldos vencidos.

7 PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

	2021	2020
ATIVO		
Contas a receber		
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	390	390
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	331	331
Circulante	721	721
Total Ativo	721	721
	2021	2020
PASSIVO		
Dividendos a pagar		
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.	(157)	-
Contas a pagar		
AES Brasil Operações S.A. (i)	(68.741)	-
Circulante	(68.898)	-
Outras obrigações		
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	(4.578)	(4.578)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	(80)	(80)
Não circulante	(4.658)	(4.658)
Total Passivo	(73.556)	(4.658)
Total	(72.835)	(3.937)

As atividades realizadas com partes relacionadas, são oriundas das operações normais da Companhia com empresas participantes do mesmo grupo econômico e ocorrem em condições normais de mercado.

- (i) Em 30 de novembro de 2021, por meio de um aditivo, houve assunção dos empréstimos e financiamento pela controladora indireta AES Operações. Em contrapartida, houve a constituição de um mútuo, divulgado na rubrica de “Contas a pagar com partes relacionadas”, no montante de R\$68.741. Em janeiro de 2022, com o aporte de capital de sua controladora, houve a liquidação total deste mútuo.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

8 OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores	1.357	1.357
Despesas antecipadas	-	27
Total	1.357	1.384
Circulante	-	27
Não circulante	1.357	1.357
	1.357	1.384

9 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição sendo a depreciação calculada pelo método linear.

Para aqueles ativos em que a vida útil ultrapassa o período de autorização, é considerada a vida relativa ao prazo do contrato.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2021			2020
		Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Máquinas e equipamentos	3,6%	246.240	(81.569)	164.671	173.671
Móveis e utensílios	6,3%	152	(33)	119	7
Imobilizado em serviço		246.392	(81.602)	164.790	173.678
Imobilizado em curso (i)		2.185	-	2.185	564
Total		248.577	(81.602)	166.975	174.242

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Máquinas e equipamentos	246.239	-	(32)	146	246.353
Móveis e utensílios	37	-	-	1	38
Imobilizado em serviço	246.276	-	(32)	147	246.391
Imobilizado em curso	564	1.748	-	(147)	2.165
Bens vinculados às concessões e autorizações	246.840	1.748	(32)	-	248.556
Subtotal	246.840	1.748	(32)	-	248.556
Depreciação / Amortização arrendamento	(72.598)	(8.994)	11	-	(81.581)
Total líquido	174.242	(7.246)	(21)	-	166.975

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Outras Mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Máquinas e equipamentos	245.002	1.237	-	-	246.239
Veículos	110	-	(110)	-	-
Móveis e utensílios	57	-	-	(20)	37
Imobilizado em serviço	245.169	1.237	(110)	(20)	246.276
Imobilizado em curso	-	-	-	564	564
Subtotal	245.169	1.237	(110)	544	246.840
Depreciação / Amortização arrendamento	(62.612)	(10.096)	110	-	(72.598)
Total líquido	182.557	(8.859)	-	544	174.242

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

10 RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a Companhia que opera contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

	2021	2020
Ativo circulante		
Conta de ressarcimento	3.452	-
Ativo não circulante		
Conta de ressarcimento	364	3.941
Total ativo	3.816	3.941

	2021	2020
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	7.003	9.765
Total passivo	7.003	9.765

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Provisão	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Provisão	Reversão	Ressarcimento contratual	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Ativo	-	3.941	-	3.941	(3.577)	-	3.452	3.816
Passivo	(9.858)	-	93	(9.765)	-	2.762	-	(7.003)
Total	(9.858)	3.941	93	(5.824)	(3.577)	2.762	3.452	(3.187)

Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo líquido de ressarcimento da Companhia em 31 de dezembro de 2021 está passivo em R\$3.187 (R\$5.824 passivo em 31 de dezembro de 2020) refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e financiamento
Saldos em 31 de dezembro de 2019	85.629
Encargos financeiros	5.879
Pagamento de principal	(8.680)
Pagamento de encargos financeiros	(5.923)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	76.905
Encargos financeiros	4.738
Pagamento de principal	(8.164)
Pagamento de encargos financeiros	(4.738)
Transferência para a AES Brasil Operações S.A	(68.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-

- (i) Em novembro de 2021, por meio de um aditivo, houve assunção dos empréstimos e financiamento pela controladora AES Operações. Em contrapartida, houve a constituição de um mútuo, divulgado na rubrica de “Contas a pagar com partes relacionadas”, no montante de R\$68.741. Em janeiro de 2022, houve a liquidação total deste mútuo.

12 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Notas	2021	2020
Partes relacionadas	7	4.658	4.658
Outros		1.321	882
Total		5.979	5.540
Circulante		1.020	882
Não circulante		4.959	4.658
		5.979	5.540

13 PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Brasventos Eolo. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado na contabilidade é de R\$2.015 (R\$1.980 em 31 de dezembro de 2020), sendo a atualização de R\$35 contabilizado na despesa financeira (Nota 20).

14 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia é optante no regime de tributação pelo lucro presumido, cabe destacar que a Companhia optou pela tributação com base no regime de caixa, de modo que apenas os valores efetivamente recebidos pela consecução de suas atividades são submetidos à tributação.

Nesse contexto, existem duas hipóteses que ensejam a constituição de impostos diferidos, são elas: (i) o saldo referente ao ressarcimento de energia, conforme a regra determinada no leilão de LER o qual as SPEs de Ventus se enquadram. Nessa modalidade de leilão, o efeito caixa é percebido independentemente da quantidade de energia produzida e vendida no mês, sendo essa diferença ressarcida apenas no ano seguinte. Sobre tais diferenças, pode ser constituído imposto diferido ativo ou passivo; e, (ii) o saldo referente às notas fiscais não faturadas, pois embora o efeito dessa receita seja reconhecido no resultado pelo regime de competência, o efeito caixa ainda não ocorreu. Isto é, como é provável que o efeito caixa venha a ser percebido nas competências seguintes, o valor do imposto diferido passivo é reconhecido no momento da escrituração dessa receita no resultado.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:		
Tributos passivos:		
Ressarcimento de energia	(133)	-
Lucro presumido (não faturado)	(121)	-
Penalidade contratual fornecedores	(1.174)	-
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.428)	-
Total passivo diferido	(1.428)	-

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$89.739 e R\$101.236 respectivamente, composto por 101.236.380 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor contábil.

Em 8 de dezembro de 2021 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Companhia no montante de R\$11.497 sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade e o valor foi restituído a acionista em moeda corrente decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

	2021	2020
Reserva de lucros		
Reserva legal	1.004	591
Reserva de investimentos	8.012	332
Total	9.016	923

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral.

Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.250	(2.892)
Constituição de reserva legal (5%)	(413)	-
Base para pagamento de dividendos	7.837	(2.892)
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios	157	-
Reserva de lucros (orçamento de capital)	7.680	-
Prejuízos acumulados	-	(2.892)
Total destinado	7.837	(2.892)

16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica faturada	42.456	31.493
Ressarcimento de energia	4.250	3.500
Receita operacional bruta	46.706	34.993
(-) PIS e COFINS	(1.542)	(1.349)
Total	45.164	33.644

17 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2021	2020
Custo de produção e operação de energia		
SPOT - Mercado de curto prazo	(13)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(10.918)	(8.682)
Taxa de fiscalização ANEEL	(120)	(237)
Subtotal	(11.051)	(8.919)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	-	(603)
Serviços de terceiros	(7.091)	(7.532)
Material	(139)	(15)
Depreciação e amortização	(8.994)	(10.114)
Seguros	(429)	(285)
Arrendamentos e aluguéis	(671)	(471)
Multas contratuais	-	(502)
Outros custos operacionais	(142)	(24)
Subtotal	(17.466)	(19.546)
Total	(28.517)	(28.465)

18 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Pessoal e administradores	(409)	(218)
Material	(9)	(1)
Serviços de terceiros	(881)	(781)
Depreciação e amortização	-	(1)
Total	(1.299)	(1.001)

19 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Contribuições setoriais	(106)	(128)
Outros	(18)	62
Total	(124)	(66)

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Notas	2021	2020
Receitas Financeiras			
Rendas de aplicações financeiras		512	367
Variações monetárias		26	335
Total		538	702
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	11	(4.738)	(5.811)
Atualização provisão desmobilização	13	(35)	-
Tarifas e encargos bancários		(3)	-
Outras despesas financeiras		(103)	(520)
Total		(4.879)	(6.331)
Total líquido		(4.341)	(5.629)

21 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional tributável	38.574	36.947	38.574	36.947
Alíquota lucro presumido	8%	0	12%	0
Lucro presumido	3.086	2.956	4.629	4.434
Outras receitas	534	768	534	767
Base de cálculo	3.620	3.724	5.163	5.201
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(543)	(559)	(465)	(468)
Adicional (10%)	(338)	(348)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(881)	(907)	(465)	(468)
IRPJ e CSLL diferido	(937)	-	(350)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(1.818)	(907)	(815)	(468)
Alíquota efetiva	2,28%	2,45%	1,21%	1,27%

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	Mensuração do valor justo	2021		2020		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	4	52	52	854	854	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operação compromissada)	4	4.073	4.073	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	6	4.641	4.641	2.943	2.943	Custo amortizado
Contas garantias		-	-	-	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	5	3.427	3.427	14.049	14.049	Custo amortizado
Total		12.193	12.193	17.846	17.846	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores		1.023	1.023	530	530	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	7	68.741	68.741	-	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	76.905	76.905	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	14	-	-	-	-	Custo amortizado
Total		69.764	69.764	77.435	77.435	

(i) Mensuração do valor justo de nível 2.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

22.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

22.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações,

sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de

Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a

R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4.125	854
Contas a receber	4.641	2.943
Total	8.766	3.797

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	-	76.905
Contas a pagar partes relacionadas	68.741	-
Caixa e equivalentes de caixa	(4.125)	(854)
Cauções e depósitos vinculados	(3.427)	(14.049)
Dívida líquida	61.189	62.002
Patrimônio líquido	98.755	102.159
Dívida líquida / Patrimônio líquido	38,26%	37,77%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 11.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 11. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses
Fornecedores	1.023
Contas a pagar partes relacionadas	68.741
Total	69.764

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.125
Contas a pagar partes relacionadas	(68.741)
Total	(64.616)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A

data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até

setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

23 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Taxa de fiscalização dos serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	192	192	192	192	192	3.648	4.608
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	11.628	11.628	11.628	11.628	11.628	220.932	279.072
Modernização e manutenção de usinas	8.346	7.706	3.748	909	76	-	20.785
Total	20.166	19.526	15.568	12.729	11.896	224.580	304.465

24 EVENTOS SUBSEQUENTE

Em 06 de janeiro de 2022, conforme ata de assembleia geral extraordinária, houve um aporte de capital de sua controladora Ventus Holding, no montante de R\$68.918. Nesta mesma data, houve a liquidação do mútuo com a controladora indireta AES Operações.